

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 214.^a Sessão Ordinária
Realizada em 17 de Novembro de 1971 — (4.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinato, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Mansur, Jorge Santo, Igo Losso, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Mugiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xerofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato, João Fadel, Lázaro Dumont, Paulo Camargo, Arthur de Souza e Santos Lima (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 221-71, do Senhor Governador do Estado, encaminhando expediente da Secretaria de Viação e Obras Públicas, em atenção do requerimento formulado pelo Senhor Deputado Erondy Silvério. — **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n.º 851-71, do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prestando informações em atenção ao requerimento formulado pelo Senhor Deputado Domicio Scaramella. — **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n.º 807-71, do Senhor Vereador Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação por aquele Legislativo Municipal, de proposição consubstanciada em saudação ao Dia da Pátria. — **Ao conhecimento da Mesa — Agradeça-se.**

Sob o n.º 690, do Senhor Olegário Rodrigues Santiago, Chefe de Gabinete do Instituto Nacional de Previdência Social, prestando informações em atenção ao requerimento formulado pelo Senhor Deputado Erondy Silvério. — **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Da União dos Professores do Paraná, de Maringá, encaminhando a esta Casa, estudo de "Análise dos Problemas da Classe e das Soluções Para os Mesmos", feito no 1.º Encontro dos Professores do Paraná, realizado em Maringá, a 25 e 26 de setembro de 1971. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor João Kracik Neto, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, comunicando haver sido empossado a nova Diretoria daquela Entidade, eleita a 28 de agosto do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 258-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, que a Hora do Expediente da sessão de hoje seja dedicado exclusivamente às homenagens póstumas ao ex-Deputado Olívio Belich, cujo passamento ocorreu nesta data.

Requeiro, outrossim, que se dê conhecimento das homenagens à família do extinto.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(aa) Antônio Costa

Subscrito por mais 16 Senhores Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer:

A inserção em Ata dos trabalhos do dia de hoje, de convite que ora endereço, em nome da Presidência da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, ao Senhor Presidente e demais Deputados com assento nesta Casa.

Requeiro, também, a designação de uma Comissão representativa da Casa, composta de 2 (dois) membros.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — Gabriel Manoel

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apêlo aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Viação e Obras Públicas e Secretário dos Transportes, no sentido de colocarem em regime prioritário a construção da Rodovia Garuva-Guaratuba, com asfalto.

A solicitação prende-se ao grande movimento de turistas, neste fim de ano, ao litoral paranaense, e o sobrecarregamento dos "ferry-boats", fato que está ocasionando protestos e, ao tempo, prejuízo aos balneários do Estado, uma vez que, com esse estado de coisas, a maioria prefere evadir-se para as praias catarinenses.

O asfaltamento de mencionada rodovia, além de seus aspectos importantes, no setor econômico, teria ainda o condão de fixar nos balneários paranaenses a grande leva de turistas de todo o interior do Estado.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — Maurício Fruct

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, regimentalmente, a trans-

crição nos ares da Casa do editorial publicado na edição de hoje do Jornal "A Gazeta do Povo", sob o título "Acesso Garuva-Guaratuba".

O articulista, com raro brilhantismo, justifica a necessidade de asfaltamento imediato do referido trecho, possibilitando inúmeros rendimentos ao desenvolvimento da indústria do turismo em nosso Estado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao diretor da "Gazeta do Povo", Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruet**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Professor Haroldo Carvalhido, titular da Pasta da Educação e Cultura do Estado no sentido de que determine a realização de exames de madureza na cidade de Londrina, a fim de atender aos reclamos de centenas de estudantes.

A ausência daqueles exames está provocando o deslocamento desses estudantes para cidades vizinhas, fato que está acarretando uma série de transtornos na vida dos mesmos e, também, às empresas onde eles trabalham.

Ademais, na impossibilidade dos colégios estaduais daquela cidade realizarem o referido exame, há disposição de vários colégios particulares de efetivá-lo, desde que, para isso, a Secretaria de Educação e Cultura faça a necessária autorização.

Por ser uma medida de alto alcance educacional, esperamos o apoio do titular da S.E.C.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — **Alvaro Dias**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja expedido expediente ao Exmo. Governador do Estado, encarecendo a necessidade de ser determinado o imediato asfaltamento da estrada Londrina-Bela Vista do Paraíso-Alvorada do Sul, bem como a construção de nova ponte sobre o rio Panema, em Alvorada do Sul, porquanto a atual ficará inundada com a construção da Usina do Salto do Capivara. Caso não sejam determinadas essas providências, as cidades de Londrina, Bela Vista e Alvorada do Sul terão seu escoamento para São Paulo e Mato Grosso prejudicado. O movimento de veículos no mencionado trecho é dos mais intensos, havendo dificuldades de tráfego, pois quando não é a chuva que impede a sua prática, é a poeira, que tem causado acidentes fatais. Estando em andamento o asfaltamento da rodovia Porto Charles-Sertãoópolis-Warta-Londrina-Mauá, será bem mais fácil a extensão do melhoramento para os Municípios de Bela Vista e Alvorada do Sul, que há muitos anos reivindicam tal providência do Governo do Estado. Na eventualidade do não asfaltamento da estrada em questão, tanto Bela Vista como Alvorada do Sul poderão sofrer uma crise no seu desenvolvimento, considerando que o tráfego será desviado para outras regiões, refletindo consequentemente no surto de desenvolvimento dessas duas comunidades.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — **Antônio Belinati**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

Considerando

1) — A edificação de um enorme complexo industrial na cidade de São Mateus do Sul, que explorará as reservas de xisto piro-betuminoso da região e se constituirá em um dos maiores empreendimentos já efetuados em nosso Estado;

2) — A escolha do Município de Araucária para a construção de uma refinaria da Petrobrás;

3) — Que essas obras têm grande significação para o desenvolvimento de nosso Estado, no setor econômico-social;

REQUEER a Vossa Excelência que designe uma Comissão de Deputados que desejarem, sem ônus para esta Casa de Leis, para, em data oportuna, visitar as instalações da Petrobrás em São Mateus do Sul, a fim de “in loco”, observar o andamento daquelas obras.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — Domicio Scaramella

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 19-71

✓ A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica denominada “Sala Deputado Acyr José” a atual sala das sessões do “Palácio 19 de Dezembro”.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — Aryzone Araújo

JUSTIFICATIVA:

Entendemos ser perfeitamente cabível, adequada e justa a medida que propomos.

Nesta Casa ninguém se refêz, ainda, do trauma que o passamento de Acyr José causou. A imprensa segue preenchendo suas páginas com aspectos repisados ou fatos novos referentes à brutalidade do acontecido. As rádios mantêm mobilizadas equipes que esmiuçam o episódio em todos os seus detalhes. As televisoras continuam a projetar imagens que mantêm viva, por ora, a corrente emocional que o bárbaro homicídio desencadeou. Mesmo nós-outros, os Deputados, temos ainda a ecoar em nossos ouvidos as comoventes palavras proferidas neste recinto, realçando as nunca desmentidas virtudes do ilustre extinto ou exteriorizando a indistarcável mágoa que o seu chocante e prematuro desaparecimento a todos ocasionou.

Mas, já se disse, o tempo é remédio para tudo. Para conduzir ao esquecimento, inclusive. Para que tal não aconteça, para que os traços da passagem de Acyr José por esta Casa não se apaguem com o passar dos dias, para que o nome de Acyr José, sua retidão, seu valor, fiquem indelévelmente gravados nesta Casa, é que propomos que seu nome seja dado ao recinto onde diariamente nos reunimos. E, para isso, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 270-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio “Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco” o atual Ginásio Estadual de Guairacá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) — Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Os Professores, alunos e líderes de Guairacá decidiram prestar uma homenagem ao primeiro Presidente revolucionário do Brasil. Essa homenagem é significativa, pois reverencia uma das figuras mais ilustres, cultas e dinâmicas que o país teve após o movimento redentor da Revolução de 1964.

O seu espírito voltado para as grandes causas da Pátria, sua vida dedicada ao culto das letras e à vida militar representam um exemplo à juventude e aqueles que no dia de amanhã dirigirão os destinos da pátria brasileira.

Estas são as razões que nos levam a denominar o Ginásio Estadual de Guairacá de "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco" que, temos a certeza, merecerá a aprovação dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa e demais 16 Srs. Deputados, solicitando que a Hora do Expediente da sessão de hoje seja dedicada exclusivamente às homenagens póstumas ao ex-Deputado Olívio Belich, cujo passamento ocorreu nesta data. — Aprovado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa vivia ainda uns dias negros, enlutada que estava, pelo assassinato do nosso grande amigo e ex-colega, Acyr José, eis que, como uma bomba, chegou-nos hoje a infausta notícia do passamento do nosso ex-colega, Olívio Belich.

Olívio Belich, que vivera com nós outros nesta Casa por muitos anos sempre soube, pela amizade, pelo respeito e por sua maneira de tratar, conquistar a todos os seus colegas, a todos os seus funcionários, tornando-se de todos um grande amigo.

Hoje Sua Excelência nos deixa, partindo deste para outro mundo.

Coube-nos esta tarefa tão difícil, tão amarga, de ocuparmos na tarde de hoje a Tribuna desta Casa para que, em rápidas palavras, em nome da Aliança Renovadora Nacional e também do Governo do Estado, deixássemos aqui o nosso pesar, a nossa tristeza pelo passamento do ex-Deputado Olívio Belich. O que é lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós sabemos que a maioria dos parlamentares que se ocupam por anos a fio, defendendo os interesses da coletividade, representando o povo com amor, com sacrifício, e ao fim de uma carreira de lutas, ao fim de uma carreira de sacrifício, repentinamente, interrompe-se a carreira daquele parlamentar, e eis que a sua família fica praticamente jogada à miséria. Assim é, que nós assistimos constrangidos, o 1.º Secretário desta Casa e toda a Comissão Executiva a quem nós parabenizamos neste instante, tomar prontas providências no sentido de anemizar a dor da família enlutada do ex-Deputado Acyr José.

Idênticas providências nós podemos observar em data de hoje, por parte de S. Exa. o Sr. 1.º Secretário, e dos demais membros da Comissão Executiva, para que, por intermédio deste Poder, por intermédio dos representantes do povo, com assento nesta Casa, se prestasse à família enlutada, a nossa última homenagem.

O Deputado João Mansur, no instante em que nos designava para fazer esta simples e rápida homenagem, nos dizia da sua preocupação, sobre o estado de dificuldade financeira, que, naturalmente, atravessa a família

enlutada do ex-Deputado Olívio Belich. Aquêles jovens ex-Deputado, deixou uma belíssima fôlha de serviço prestada não só como Prefeito, Vereador, como Deputado por várias legislaturas. Então nós deixamos aqui, paralelamente a estas providências que a Casa está tomando, no sentido de amenizar a dor daquela família enlutada na data de hoje, deixamos aqui também a nossa palavra de solidariedade humana.

Hveremos, no instante em que levarmos a Deus os nossos pensamentos, de solicitar do Todo Poderoso, para que dê ao ex-Deputado Olívio Belich, a eterna paz em sua nova moradia. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, que irá falar em nome do MDB.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Designado que fui para, em rápidas pinceladas, dizer algumas palavras, a respeito do ilustre homem público hoje falecido.

Como disse, recebi esta incumbência do nobre Líder Nivaldo Krüger, e o fazemos com bastante constrangimento, e se esta incumbência nos foi delegada, é porque dos jovens Deputados, componentes do MDB, o único que viveu na legislatura anterior com o Deputado Belich, foi a nossa pessoa.

Falar de Belich, é dizer de um homem simples, de um político que tinha mais prazer em dar do que receber. Um Deputado que era um servical por excelência. Fêz política pautada no atendimento aos humildes e ao povo da sua região. Se não conseguiu reeleger-se, foi em função de uma enfermidade, a qual o levou ao outro mundo e que impediu-o, sobremaneira, de encetar uma campanha como deveria ter sido feita, a fim de que pudesse ter saído bem sucedido como nós, que devotamos a nossa reeleição ao povo. Belich por certo, tivesse condições de saúde, política não lhe faltava, para que ele se dispusesse a lutar tenazmente pela sua reeleição, ele, por certo, teria conseguido, graças a sua vontade férrea de trabalhar, de servir e lutar. Foi um parlamentar incansável e na sua simplicidade, como já disse o Deputado Paulo Poli, ele conseguiu sensibilizar todos que o conheceram. Olívio Belich, moço ainda, nos deixou uma lacuna lamentável, e em nome da nossa Bancada, do M.D.B., quero dizer dos sentimentos que estamos possuídos pelo seu infausto passamento. Rogamos a Deus que o receba, na Sua Infinita Misericórdia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102.69, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que acresce da alínea que especifica, o Art. 3.º do Decreto n.º 17.171, de 19 de fevereiro de 1965. Pareceres favoráveis da C.C.J., C. F. e C.I.P. — com **SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGENCIA.** — Aprovado, pelo substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26.71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação de

Recuperação do Indigente (FREI), um terreno com área de (5) cinco alqueires paulista, localizado em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. — Pareceers favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 47.71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 168.71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro. Pareceres favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 172.71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Educacional da Cidade de Bandeirantes. — Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 173.71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública o "Liceu Mário de Andrade Ltda". Sociedade Covil (LEMA), com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 233.71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.o 31.71, abrindo crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado, para pagamento da taxa Rodoviária Única, arrecadada no exercício financeiro de 1970. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 243.71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.o 29.71, encaminhando anteprojeto que introduz alterações na Lei n.o 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, pela qual foi instituída a taxa de Saúde. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 284.71, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que cria o Município de Novo Tupassi, com as divisas que especifica. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N.o 284.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.o — Fica criado o Município de Novo Tupassi, com sede no lugar do mesmo nome e com as divisas do atual Distrito Administrativo de Novo Tupassi, desmembrado do Município e Comarca de Assis Chateaubriand.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Dep. Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA: Em face do crescente progresso de Novo Tupassi, a criação do município daquele nome, é medida que se impõe.

Dada a importância desta Proposição, apresentamo-la sem as especificações de suas divisas, as quais serão dadas quando da apreciação deste projeto, na douta Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, submetemos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 284-70

AUTOR: — Dep. Gabriel Manoel

SÚMULA: — Cria o Mun. de Novo Tupassi.

PARECER

1) — Por iniciativa do nobre Deputado Gabriel Manoel, é proposta a criação do Município de Novo Tupassi, a ser desmembrado do Mun. de Assis Chateaubriand.

2) — A criação de município está condicionada, atualmente, ao disposto na Lei Complementar n.º 1, de 9.XI.1967, e no Ato Complementar n.º 46, de 7.II.1969, este em vigor por força do art. 182, caput, da Constituição Federal.

3) — A Lei Complementar n.º 1 traça normas reguladoras do procedimento tendente à criação de nova comuna.

De início, deve haver solicitação ao Legislativo Estadual, firmada, no mínimo, por 100 eleitores da área que se pretende desmembrar (Art. 1.º, par. único).

O dispositivo indicado, portanto, condiciona a atuação legislativa à provocação de interessados. O que não ocorreu, in casu.

4) — Doutro lado, a criação de novo município, atendida a exigência acima, depende também de consulta à população envolvida, através de plebiscito (art. 3.º).

5) — Finalmente, cumpridos todos os termos da Lei Complementar citada, o novo município só poderá ser criado após autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 1.º, do Ato Complementar referido.

6) — Em face do exposto, somos levados a opinar pela rejeição do projeto, com a devida vênia de seu ilustre subscritor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Emílio Carazzini

Acyr José

Sebastião Rodrigues Júnior

Armando Queiroz de Moraes

Muggiati Filho

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10.71, de autoria do Dep. Igo Losso, cria a "Fundação Educacional" de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia. Pareceres favoráveis da C.C.J., C. F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 10/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — A Fundação terá regulamento próprio, aprovado pelo Governador do Estado e gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar e adquirirá personalidade jurídica de direito privado a partir de sua inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de seu ato constitutivo, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto e o Decreto Governamental que o aprovar.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) — Pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem destinados;
- b) — pelos saldos dos exercícios financeiros;
- c) — pelas contribuições, doações, subvenções e auxílios que lhe forem feitos ou concedidos pela União, pelo Estado, pelos Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais ou por pessoas físicas;
- d) — pelos juros bancários ou rendas eventuais.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

- a) — rendimentos de seu patrimônio, os quais serão completados pelo instituidor, o Estado do Paraná, através de recursos consignados anualmente no Orçamento Geral do Estado, sob a forma de dotações globais específicas, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação para o exercício imediatamente antecedente;
- b) — auxílios, contribuições, doações e subvenções constantes do Orçamento da União, Estados e Municípios;
- c) — taxas, emolumentos escolares, contribuições e anuidades;
- d) — rendas patrimoniais;
- e) — rendimentos de serviços prestados;
- f) — auxílios, contribuições, doações e subvenções de entidades ou empresas de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, nacionais ou internacionais, ou de pessoas físicas;

§ 1.º — A Fundação não distribuirá lucros a qualquer título e os seus rendimentos serão aplicados integralmente na manutenção própria e na da Faculdade bem como no desenvolvimento de seus objetivos educacionais e de pesquisas.

§ 2.º — A Fundação poderá conceder Bolsas de Estudos, mediante concursos de provas entre os estudantes reconhecidamente pobres, exigindo sempre, o posterior reembolso.

Art. 5.º — A Fundação será administrada por um Conselho de Curadores composto de 6 (seis) membros efetivos e 3 (três) suplentes, nomeados todos pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, renováveis um terço (1/3) de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 1.º — Compete ao Conselho de Curadores fixar as taxas, contribuições, anuidades e emolumentos escolares.

Art. 6.º — O Diretor e o Secretário da Fundação serão nomeados pelo Governador do Estado, sendo aquele dentre professores em exercício, eleitos em lista triplíce, pela congregação e aprovada pelo Conselho de Curadores e ambos serão contratados pelo prazo de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 7.º — A Congregação da Faculdade será constituída pelos Professores titulares e demais docentes em exercício e por representantes do corpo discente, indicados pelo respectivo órgão de classe, em número correspondente de 1/3 (um terço) dos professores integrantes da Congregação.

Art. 8.º — A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação, bem como os da Faculdade, serão estabelecidos nos respectivos estatutos e regimentos.

Art. 9.º — A fundação terá como órgão da fiscalização contábil e financeira, um conselho fiscal, composto de 3 (três) membros nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 10 — O pessoal da Fundação bem como da Faculdade serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo ao estatuto definir a competência para admissão e criação de cargos.

Art. 11 — Na organização do regime didático da Faculdade, inclusive do currículo de seus cursos, a Fundação fará observar as leis do ensino da União e do Estado.

Art. 12 — O Conselho elegerá dentre seus membros efetivos o seu Presidente e seu Vice-Presidente, com mandato de 2 (dois) anos, renováveis até duas vezes e elaborará o estatuto da Fundação, definindo as atribuições de todos os órgãos administrativos.

Art. 13 — Os membros do Conselho Fiscal e os do Conselho de Curadores, bem como seu Presidente e Vice-Presidente, não perceberão remuneração ou qualquer vantagem pelas respectivas funções, constituindo o seu efetivo exercício serviço público relevante.

Art. 14 — A Fundação terá a duração indeterminada, extinguindo-se quando comprovada a impossibilidade material de sua manutenção e continuidade, revertendo integralmente o seu patrimônio ao Estado do Paraná.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de março de 1971.

a) — Dep. Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

O progressista Município de Centenário do Sul é hoje um grande centro geo-econômico educacional da região. Graças ao espírito laborioso de seu povo, destaca-se vigorosamente, despontando no cenário Estadual. O sistema de Fundação é o preconizado pela Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei 4024 de 20.2.61) e também pelo sistema Estadual de Ensino para organização de estabelecimentos de Ensino Superior. Entendemos ser esta a forma mais objetiva e prática para o funcionamento de uma faculdade, pois que, sem as dificuldades burocráticas que geralmente se verifica, a fundação oferece a vantagem de uma participação mais ampla da comunidade com a consequente fiscalização. Assim, é que, não só o Município de Centenário do Sul será grandemente beneficiado, mas todos os municípios da região, entre, os quais podemos citar Lupianópolis, Guaraci, Jaguapitã, Colorado, Itaguejé, Santo Inácio, Porecatú, Alvorada do Sul, Florestópolis, Bela Vista do Paraíso e outros mais. A área seletiva oferecerá, segundo calcula-se mais de 300 (trezentos) alunos, que atualmente dispendem enormes quantias em viagens, para poderem estudar em Tupã, Estado de São Paulo, Jandaia do Sul e Mandaguari no Paraná. O progresso material, as condições culturais e geográficas do Município de Centenário do Sul como centro de região, justifica plenamente o que aqui pretendemos. Pela justiça do Projeto que apresentamos, confiamos seja ele aprovado pelos ilustres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 10-71

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar a "Fundação Educacional de Centenário do Sul", destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, na forma que especifica".

P A R E C E R

1.) O projeto, na forma em que foi apresentado, atende as exigências do Regimento Interno, visto que está articulado e justificado.

2.) Referida iniciativa não fere preceito de ordem constitucional e legal. Além do mais, trata-se de mera autorização legislativa.

Quanto a oportunidade, convece-nos a justificativa do Autor.

3.) Em face do exposto, somos pela sua aprovação.
S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 10-71

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso

SÚMULA: Cria a Fundação Educacional de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia.

P A R E C E R

A presente proposição é daquelas que não se encontra qualquer óbice quanto a parte financeira, visto que a mesma pretende tão somente autorizar o Poder Executivo a criar uma Fundação Educacional.

Assim sendo, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) **Leopoldo Jacomei** — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Peli

Maurício Fruet

Fuad Nacfi

Ovídio Franzoni

Gabriel Manoel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO de Lei N. 10-71

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Educacional de Centenário do Sul e dá outras providências".

P A R E C E R

1.) A supra indicada iniciativa foi devidamente examinada pelas doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

2.) Quanto a questão de mérito que a esta Comissão cabe examinar, nada temos a opor, visto que a Proposição em referência é oportuna e, além do mais, virá trazer, inegavelmente, grandes benefícios não só ao Município de Centenário do Sul, como resto a estrutura educacional de nosso Estado.

3.) Em face de tais considerações, opinamos pela aprovação do Projeto.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em de outubro de 1971.

aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Acyr José

Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Colorado, um Curso Científico para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 57-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Colorado, um Curso Científico para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1971.

a) — Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Colorado é um dos mais progressistas Municípios do Norte-novo paranaense, com considerável população escolar no 1.º ciclo do curso secundário. Nestas condições, se justifica plenamente a oportunidade do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 57-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Colorado, um curso científico para funcionar a partir do próximo ano letivo.

P A R E C E R

I — O presente projeto de Lei, recebeu nesta mesma Comissão parecer contrário, que foi rejeitado pela maioria dos membros presentes.

II — O problema educacional paranaense, nos parece ser meta primordial do atual governo e por esse motivo, em se tratando de medida autorizativa, além de não ferir preceito legal ou constitucional, ficará na dependência de iniciativa do Poder Executivo.

III — Isso pôsto, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira — vencido

Acyr José

Gilberto Carvalho,

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Colorado, um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

P A R E C E R

1.) A iniciativa em tela foi devidamente examinada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual recebeu parecer favorável.

2.) Quanto a questão de mérito que a esta Comissão cabe examinar, não encontramos qualquer óbice, eis que o próprio projeto especifica, em seu artigo segundo, a verba que suportará a sua execução.

3.) Em tais circunstâncias, adotamos, integralmente, o parecer da já re-

ferida Comissão de Constituição e Justiça, e, entendemos que este projeto deve ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) **Leopoldo Jacomei** — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Paulo Poli

Maurício Fruet

Santos Lima

Gabriel Manoel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO de Lei N. 57-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Colorado, um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

P A R E C E R

1.) O Projeto em referência foi examinado pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

2.) Referida iniciativa objetiva criar na sede do Município de Colorado, para funcionar a partir do ano letivo próximo, um Curso Científico, o qual virá trazer grandes benefícios à população estudantil, não só daquela progressista cidade, como também a toda a região, o que, por si só, justifica, plenamente, a sua apresentação.

3.) Em assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de setembro de 1971.

aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

Arizene Araújo — Relator

Alvaro Dias

Acyr José

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 72-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Cambira. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 72-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Cambira.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1971.

a) Dep. **Fabiano Braga Côrtes**

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cambira, é uma das comunas do Estado, que apresenta um desenvolvimento dos mais expressivos, tanto no setor populacional como no econômico

No que tange a educação, há necessidade da criação de um Ginásio Estadual para funcionar na sede do Município, pois o único Ginásio Estadual atualmente, está funcionando no Distrito de Itacolomi, fato que vem prejudicando grande número de jovens em idade escolar.

Atendendo aos recursos da população de Cambira, é que estamos apresentando o presente plano de lei, que esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 72-71

SÚMULA: Autoriza a criação de um Ginásio Estadual em Cambira.

AUTOR: Dep. Fabiano Braga Córtes

P A R E C E R

1) — O ilustre autor do projeto justificou plenamente a necessidade de ser criado um ginásio na sede do Município de Cambira, em suas razões apresentadas

2) — O projeto visa tão somente autorizar o Poder Executivo, não implicando, pois em iniciativa da qual redunde aumento de despesa. Tal iniciativa competirá ao Poder Executivo.

3) — Não há vulneração de qualquer dispositivo constitucional, sendo, por conseguinte, a conclusão deste relatório, favorável ao projeto.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

aa) Emílio Carazzai — Presidente
Muggiati Filho — Relator
Gilberto Carvalho
Cândido Martins de Oliveira — vencido
Armando Queiroz
Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n. 72-71

Parece-nos merecer a aprovação do plenário tratando-se de difusão de estabelecimentos de ensino no interior do Estado tão carente de colégios.

O caráter autorizativo que é emprestado pelo projeto, não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Santos Lima — Relator
Fuad Nacli
Maurício Fruet

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n. 72-71

1) — A educação é um ônus estatal que deve ter prioridade sobre qualquer outro projeto, pois é o que mais benefícios trará ao Estado.

2) — A criação de mais um educandário recebe todo o nosso apoio, merecendo portanto nossa aprovação ao referido projeto supra.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio L. Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Acyz José
Arizone Araújo

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 85-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Normal, na sede do Município de "Adrianópolis", para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 85-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal, na sede do Município de Adrianópolis, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) — Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

No Município de Adrianópolis existem mais de 100 alunos fazendo o Curso Normal em Municípios vizinhos do Estado de S. Paulo, com os transtornos naturais que isto acarreta, pois no Paraná o Município mais próximo onde existe o referido Curso dista de 134 km. e no vizinho Estado de São Paulo, cerca de 40 km. Vale frizar que há 8 anos turmas concluem o ciclo ginasial no ginásio local, e neste ano mais de 50 alunos irão concluir o curso, obrigando-se a procurar, como os primeiros, outros Municípios a continuação de seus cursos. Por esta razão, submeto à apreciação dos meus nobres pares o presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 85-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza a criação de uma Escola Normal no Município de Adrianópolis.

P A R E C E R

1. O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, na sede do Município de Adrianópolis, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2. Do ponto de vista legal, nada temos a opor ao plano de lei em referência.

Pela aprovação, é o parecer.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 227-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 27-71, encaminhando Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972-1974. — Com parecer da Comissão de Orçamento. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 228-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 28-71, encaminhando Proposta Orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1972. — Com parecer da Comissão de Orçamento. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 258-71. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser encaminhado o asfaltamento da estrada Londrina-Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando a inserção na Ata de convite da Presidência da As. sociação dos Municípios do Norte Pioneiro, ao Senhor Presidente da Casa e demais Srs. Deputados e, solicita também, designação de comissão representativa da Casa, composta de dois membros. **Aprovado.** A Presidência designa os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel para representarem a Casa nos festejos de entrega do Diploma de "Honra ao Mérito" ao Exceientíssimo Senhor Senador da República, Dr. Francisco Accioly da Costa Filho, em Tomazina.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Viação e Obras Públicas e Secretário dos Transportes, no sentido de colocarem em regime prioritário, a construção da Rodovia Garuva-Guaratuba, com asfalto. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando transcrição do editorial publicado na edição de hoje do jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Acesso Garuva Guaratuba". — **Aprovado.** (O inteiro teor do editorial acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Deputados para, em data oportuna, visitar as instalações da Petrobrás, em São Mateus do Sul, a fim de "in loco", observar o andamento daquelas obras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Senhor Secretário da Pasta da Educação e Cultura, no sentido de que determine a realização de exames de madureza na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informação. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 47-71, 168-71, 172-71, 173-71, 233-71, 243-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 10-71, 57-71, 72-71, 85-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 220-69, 304-70, 196-71.

A Presidência anuncia ainda, a Ordem do Dia para a sessão de sexta-feira, dia 19, às 10.00 horas, que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 239-69, 201-70, 102-71, 113-71, 233-71, 243-71;

Levanta-se a sessão.

MATERIA PUBLICADA NO JORNAL "GAZETA DO POVO" DE 17.11.71, CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA PELA CASA EM SESSÃO DE 17.11.71, A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO MAURICIO FRUET, SOB O TÍTULO "ACESSO GUARATUBA"

Desde quando vivia um dos fundadores da "Gazeta do Povo", o prof. De Plácido e Silva nossas colunas proclamavam a necessidade de serem criadas condições rodoviárias para que Guaratuba pudesse ser um dos grandes polos para o desenvolvimento da indústria turística de nosso Estado.

Malgrado a distância do tempo, continuamos insistindo no assunto na

esperança de que a sobrevivência — cada vez muito mais forte — da realidade dos fatos, sensibilize as atenções dos técnicos encarregados na matéria, proporcionando o que hoje já se tornou uma aguda necessidade coletiva.

Ainda ontem "Gazeta do Povo" sublinhava que o impressionante fluxo de veículos, pela BR-277, de retorno das praias, acusava, muito indicativa e eloquente a imperiosa urgência da ligação asfáltica entre Garuva e Guaratuba.

Entre Curitiba e Paranaguá, o movimento era de cerca de 5 mil veículos, em ambas as direções. O retorno das praias acusava, na tarde de segunda-feira, um tráfego de 322 carros por hora, o que significa média de 3.864 veículos, até as 18 horas. Se considerarmos que à noite — devido ao calor do dia e do desejo de ficar mais algumas horas na praia — é mais intenso o movimento dos carros, é fácil verificar que a afirmativa da urgência da construção do acesso entre Garuva — Guaratuba é mais sugestiva ainda.

Por outro lado, não se pode esquecer que o Paraná está perdendo consideráveis parcelas, inclusive financeiras decorrentes de tributos pagos aos cofres catarinenses pelos nossos contribuintes, que tem ido aos balneários do vizinho Estado. Com estradas fáceis e com algumas facilidades criadas pelos municípios praiaseiros catarinenses, os paranaenses, estão, na verdade, fazendo o progresso turístico daquelas praias. Em recente reportagem que fizemos houve a possibilidade do registro com percentuais de automóveis do Paraná, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, em Camboriú. A percentagem, que é sintomática e que todo o leitor sabe muito bem, de automóveis paranaenses naquele e em outros balneários catarinenses, constitui também um argumento em favor da necessidade da construção do acesso entre Garuva — Guaratuba. Se for, efetivamente, realizado, haverá não só descongestão — que se prevê grande para este verão — da BR-277, entre Curitiba e Paranaguá, mas também um convite para que os paranaenses e os brasileiros que chegam ao sul para fazer turismo se desloquem para uma das mais bonitas praias de nosso Estado, que é Guaratuba.

Malgrado os anos que reclamamos sobre essa obra, não nos cansaremos em lutar por essa realização, que responde não só a uma sentida reivindicação dos guaratubanos, mas também dos turistas paranaenses em geral, inclusive dos moradores do lado de cá da baía que assim poderão trafegar na BR-277 com menos movimento e mais segurança.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 8.a REUNIÃO ORDINÁRIA

1.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Antonio Lopes, Alvaro Dias, Francisco Escorsin, Acyr José e Arizone M. de Araújo. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: **PROJETO DE LEI N.º 318.70** — De autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que cria no núcleo social Ivone Pimentel, desta Capital, um curso ginasial noturno, para funcionar no ano letivo de 1971. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 85.71** — De autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal, na sede do município de "Adrianópolis", para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 276.70** — De autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria, o

Ginásio Estadual de Herculândia, município de Umuarama. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 273.70** — De autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Perobal, distrito de Umuarama. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 221.70** — De autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 206.70**. — De autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Ginásial em Sapopema, e dá outras providências. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 57.71** — De autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Colorado, um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 10.71** — De autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que cria a "Fundação Educacional de Centenário do Sul", destinada a instalar e manter uma faculdade de Filosofia. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 91.71** — De autoria do Senhor Deputado Acyr José, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola". Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 176.70** — De autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar um Colégio Comercial Estadual, em Guaraniacú, e dá outras providências. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 152.70** — De autoria do Senhor Deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo, criar na cidade de Paranavaí, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, sob regime de Fundação, e dá outras providências. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente
Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da 11.ª Reunião Extraordinária

As dezesseis horas e dez minutos, do dia quatro do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, conforme convocação feita, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados: Igo Losso, Sebastião Rodrigues Júnior, José Muggiati Filho, Armando Queiroz, Emílio Carazzai, Arthur de Souza e Gilberto Carvalho, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. Requerida a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, pelo Senhor Deputado Igo Losso. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 111.71**, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo criar no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Floresta. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria da Agricultura, a fim de saber da oportunidade e conveniência ou não da aludida

proposição. Deferido. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 130.71**, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Município de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 132.71**, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo constituir a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná, com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito municipal identificadas como alimentadoras do Sistema Rodoviário Estadual e Federal. Relator Deputado Queiroz. Parecer contrário. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 149.71**, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Dá nova redação ao artigo 356, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 169.71**, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Revoga o parágrafo 1.º, do artigo 5.º, da Lei 4.946, de 31 de outubro de 1964. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer seja anexado ao Projeto de Lei n.º 221.71, de autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzai. O Senhor Deputado José Muggiati Filho requer que a anexação seja feita após ouvido o Plenário. Deferido. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 177.71**, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.511, de 6 de novembro de 1968. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 179.71**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Autoriza o Poder Executivo promover concurso público para preenchimento de vagas no Magistério Primário do Estado, e das outras providências. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer contrário. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 180.71**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, com sede nesta Capital. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 233.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 31-71, abrindo crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00, à Secretaria da Fazenda, para pagamento da Taxa Rodoviária única, arrecadada no exercício financeiro de 1970. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 234.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 33-71 abrindo crédito especial de Cr\$ 162.991,90, para o atendimento de despesas com os Festejos Comemorativos da Semana da Pátria. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 236.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 32-71, encaminhando anteprojeto de lei que introduz modificações na composição do Conselho Superior do Ministério Público, e adota outras providências. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer favorável. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º 243.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 29-71, encaminhando anteprojeto que introduz alterações na Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, pela qual foi instituída a Taxa de Saúde. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 255.71**, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Cria o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Iporã, com área territorial constituída pelos atuais distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer favorável. Requerida vista ao Deputado Armando Queiroz. Deferido. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 26-70**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Veda às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo participação de seus diretores, nos lucros que, por ventura, venha a produzir. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 15) — **PROJETO DE LEI N.º 115.70**, de autoria do Senhor Deputado Luiz Renato Malucelli. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Cultura In.

gleza desta Capital. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — **PROJETO DE LEI N.º 311.70**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Cria o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. E devolvido pelo Senhor Deputado Armando Queiroz que havia pedido vistas. Aprovado. 17) — **PROJETO DE LEI N.º 320.70**, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Cria o Município de São Francisco do Imbaú desmembrado do de Congonhas, com sede e divisas que especifica. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer que seja convertido em diligência junto ao Autor do Projeto. Deferido. 18) — **PROPOSIÇÃO N.º 74.71**, de autoria dos Moradores da Região Leste do Município de Bituruna, solicitando autorização plebiscitária, a fim de que a população da referida localidade decida sobre a anexação desta ao Município de Pádua. Relator: Deputado Armando Queiroz. Requer seja convertido em Diligência ao Município de Bituruna a fim de que seja devidamente instruído. Deferido. 19) — **PROPOSIÇÃO N.º 89.71**, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia do Decreto n.º 813, que abriu crédito, ad-referendum desta Assembléia, de Cr\$ 100.000,00, para atender Municípios atingidos por chuvas de granizo. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 20) — **PROPOSIÇÃO N.º 83.71**, de autoria do Poder Executivo. Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 166.70, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora, na forma que especifica, pertencente ao DATM. Relator Deputado Igo Losso. Relatório favorável, estando o Veto em condições de ser apreciado pelo Pleno. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida, na próxima Reunião, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

(aa) Deputado Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

Térmo de Ata da 25.a Reunião Ordinária

As quinze horas e trinta minutos, do dia dez do mês de novembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, compareceram o Senhor Vice-Presidente desta Comissão, Deputado José Muggiati Filho, os Senhores Deputados Emílio Carazzini, Acyr José, Gilberto Carvalho e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo, com o fim de realizarem a 25.a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Vice-Presidente, Deputado José Muggiati Filho, não abriu os trabalhos. Nada podendo ficar decidido. Nada mais havendo a constar, lavrei o presente Térmo de Ata que após lido, na próxima reunião, e achado conforme por todos os Membros, será assinado por mim, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) Deputado José Muggiati Filho — Presidente
(Ass. ilegível) — Secretária

COMISSÃO PARA ESTUDOS DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

7.a LEGISLATURA

Ata da Sessão de Instalação

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, às dezesseis horas, na Sala de Reunião das Comissões, reu-

niuse a Comissão Especial para Estudos da Criação do Instituto de Previdência dos Deputados da Assembléia Legislativa, contando com as presenças dos seguintes Senhores Deputados, Armando Queiroz, Paulo Camargo e Muggiati Filho. Assumiu a Presidência, na forma Regimental, o Senhor Deputado Muggiati Filho e eleito Vice-Presidente o Senhor Deputado Armando Queiroz. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, agradecendo a honra e a confiança nêle depositada pelos Senhores Deputados que o conduziram a Presidência desta Comissão. Em seguida designou o Senhor Deputado Paulo Camargo para ser o Relator da Comissão. Ficou decidido que as reuniões serão marcadas em decorrência da existência de matéria relacionada com a Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretária e demais membros da Comissão para que produza os efeitos legais.

(2a) Muggiati Filho — Presidente
Terezinha B. de M. Claro — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7a LEGISLATURA — 1a SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da 26a Reunião Ordinária

As quinze horas e trinta minutos, do dia dezessete do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do seu Senhor Vice-Presidente, Deputado José Muggiati Filho presentes os Senhores Deputados: Armando Queiroz, Emílio Carazzai, Odilon Reinhardt, Gilberto Carvalho, Cândido Manuel, Borsari Netto e Sebastião Rodrigues Júnior, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. Requerida dispensa da leitura da Ata anterior pelo Senhor Deputado Emílio Carazzai. Nada havendo a constar da hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — 107.71 — **PROJETO DE LEI N.º 107.71**, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n.º 45-E, com 4,70 hectares Seccão Agua Grande da Gleba Rio Mourão, naquele Município. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 118.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Cria, no Bairro de Maringá Velho, Co. marca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 135.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarézinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 148.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo delegar poderes à Fundepar para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio escolar para o Grupo Escolar Copacabana do Norte. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 163.71**, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, Município de Pitanga, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 139.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio, através do DER, com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede d'este à Rodovia Maringá-Umuarama. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. —

Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N. 165-71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, na Vila Operária da cidade de Maringá. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável com substitutivo. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 197-71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Considera de utilidade pública o núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 198-71**, de autoria do Senhor Deputado Acyr José. Denomina Desembargador Antônio de Paula, o Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, sediado na Capital do Estado. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 206-71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 22-71, estabelecendo normas legais a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S. A. através da deliberação em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, possa instituir novas diretorias ou suprimir as já existentes. Relator Deputado Emílio Carazzini. Parecer favorável. Havia sido concedido vistas ao Senhor Deputado Cândido Manuel, que o devolve hoje, com voto em separado. Em discussão. O Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior pede a palavra para dizer que é de boa norma administrativa esta concessão, tendo em vista a administração do Banco do Brasil que é feita assim. É favorável ao voto do Deputado Cândido Manuel, apenas por uma questão de cautela administrativamente é a favor, no entanto deveria ser limitado o número de diretorias. Vota contra o parecer. O Deputado Armando Queiroz diz que a justificativa do Deputado Cândido Manuel, em parte convence, e que se é norma que vige com sucesso no Banco do Brasil, por que não voltar no Banco de Desenvolvimento. O Deputado Sebastião Rodrigues Júnior esclarece que é norma que tem sido usada de modo mais abusivo nos demais Bancos do Brasil, o Deputado Gilberto Carvalho requer vistas do Projeto. É indeferido por já haver decorrido prazo legal. Em votação: Deputado Armando Queiroz vota a favor do parecer. Deputado Odilon Reinhardt, Deputado Gilberto Carvalho votam a favor do parecer. Deputado Sebastião Rodrigues, Borsari Netto e Cândido Manuel votam contra. Aprovado o parecer por maioria. Parecer favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 206-71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 22-71, digo **PROJETO DE LEI N.º 209-71**, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Transfere a responsabilidade do DER a estrada que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: Favorável. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º 215-71**, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Osvaldo Palhares, de Tamarana Município de Londrina, pertencente a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Aprovado. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 216-71**, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio John Kennedy do Distrito de Guaravera, no Município de Londrina, pertencente à Campanha Nacional dos Educandários gratuitos, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Aprovado. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 217-71**, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Hugo Cabral de Paiquerê, Município de Londrina, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Aprovado. 15) **PROJETO DE LEI N.º 218-71**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa. Cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Jorge do Ivaí. Relator Deputado Cândido Manuel. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 16) — **PROJETO DE LEI N.º 23-71**, de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública o Clube Cultural Social e Re.

creativo (Judima), da cidade de Mandaguçu. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Favorável. Aprovado. 17) — **PROJETO DE LEI N.º 229.71**, de autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida, do Bairro Santa Felicidade, nesta Capital. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade. Deferido. 18) — **PROJETO DE LEI N.º 235.71**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Associação dos Professores de Maringá — APM, com sede na cidade de Maringá. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — **PROJETO DE LEI N.º 242.71**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Declara de utilidade pública o Clube do Professor Paranaense, na forma que especifica. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor do Projeto. Deferido. 20) — **PROJETO DE LEI N.º 249.71**, de autoria do Senhor Deputado Quiêlsen Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, no Distrito de Beneditópolis Município de Guaraci, e dá outras providências. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: Favorável. Aprovado. 21) — **PROJETO DE LEI N.º 255.71**, de autoria do Senhor Francisco Escorsin. Cria o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Inorã, com área territorial constituída pelos atuais distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: Favorável. O Senhor Deputado Armando Queiroz havia pedido vista na última reunião, devolve com voto em separado. Em discussão: O Deputado Armando Queiroz justifica seu voto por sempre haver tratado esta matéria de modo coerente com os princípios legais vigentes, nada havendo sido alterado que autorize votar o parecer favorável. A legislação é a mesma. O Senhor Deputado Cândido Manuel sugere que seja feita consulta ao Senhor Ministro da Justiça para se verificar a atual posição perante a lei, em relação a esta matéria. O Senhor Deputado Armando Queiroz diz que o parecer favorável iria fazer injustiças com os demais municípios já prejudicados pela posição adotada por esta Comissão anteriormente. O Deputado Emílio Carazzai diz que não é necessário colocar em votação o requerimento de diligência do Senhor Deputado Cândido Manuel, bastando apenas ser deferido ou não pelo Senhor Presidente da Comissão. O Senhor Presidente, Deputado José Mugziati Filho esclarece que sendo matéria de grande importância quer que o Plenário da Comissão decida e não apenas o Presidente. Em votação: o requerimento do Senhor Deputado Cândido Manuel solicitando seja convertido em diligência junto ao Ministro da Justiça: Deputado Armando Queiroz vota a favor do requerimento. Deputado Emílio Carazzai vota contra o requerimento. Deputado Odilon Reinhardt vota contra o requerimento. Deputado Gilberto Carvalho vota contra o requerimento. Deputado Borsari Netto vota a favor do requerimento. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior vota a favor do requerimento. Deputado Cândido Manuel a favor, sendo o autor do Requerimento. Aprovado o requerimento solicitando diligência. 22) — **PROJETO DE LEI N.º 258.71**, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 9.8.71, o parágrafo que especifica. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 23) — **PROJETO DE LEI N.º 261.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 40.71, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraidos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e dá outras providências. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: Favorável. Aprovado. 24) — **PROPOSIÇÃO N.º 87.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 42.71, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério de Agricultura, objetivando a fiscalização e o policiamento do trânsito de plantas citros e afins no território nacional, conforme recomendação do executor do projeto de combate ao cancro cítrico. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável com o respec-

tivo Projeto de Resolução. Aprovado. 25) — **PROPOSIÇÃO N.º 84.71**, de autoria do Poder Executivo. Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 89.71. Relator Deputado Igo Losso. Relatório concluindo que o veto está em condições de ser apreciado pelo Plenário. Aprovado. O Senhor Presidente, Deputado José Muggiati Filho, solicita ao Senhor Deputado Emílio Carazzai que assuma a Presidência da Comissão, tendo em vista necessitar relatar os diversos Projetos de Lei em que foi designado relator desta Comissão. O Senhor Deputado Emílio Carazzai assume a Presidência. O Senhor Deputado José Muggiati Filho, antes de iniciar a leitura dos pareceres, solicita ao Senhor Presidente, Deputado Emílio Carazzai, que seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do nobre companheiro, membro desta Comissão. Deputado Acyr José, ocorrido na última semana. Deferido. 26) — **PROJETO DE LEI N.º 123.71**, de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Astorga uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado. 27) — **PROJETO DE LEI N.º 138.71**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um Curso Científico para funcionar em 1972. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado. 28) — **PROJETO DE LEI N.º 142.71**, de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont. Autoriza o Poder Executivo construir, através do DER, uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 29) — **PROJETO DE LEI N.º 145.71**, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nachi. Cria uma Escola Normal Colegial estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 30) — **PROJETO DE LEI N.º 171.71**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública o Instituto Maria José, com sede nesta Capital. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 31) — **PROJETO DE LEI N.º 186.71** de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo construir uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia, na sede do Município de Guaraniaçu. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado. 32) — **PROJETO DE LEI N.º 191.71**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade Pública a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 33) — **PROJETO DE LEI N.º 208.71**, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Transfere à responsabilidade do DER, a estrada que liga Nova Prata ao Município de Salto do Lontra, à Pôrto Pereira no Município de Capitão Leônidas Marques. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 34) — **PROJETO DE LEI N.º 214.71**, de autoria do Senhor Deputado Hélio Manfrinato. Autoriza o Poder Executivo construir uma Rodovia ligando a Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferreira à Ortigueira, saindo na Rodovia BR.376. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 35) — **PROJETO DE LEI N.º 230.71**, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100.00, à Amado Alves de Miranda. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 36) — **PROJETO DE LEI N.º 237.71** de Autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Autoriza o Poder Executivo criar na sede no Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Colegial. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 37) — **PROJETO DE LEI N.º 253.71** de autoria do Sr. Dep. Quiêlse C. da Silva. Autoriza o Poder Executivo construir uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, Município de Colombo. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 38) — **PROJETO DE LEI N.º 259.71**, de

autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Emílio Carazzai, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida, na próxima Reunião, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente.
Rita Celestino Soares — Secretária